

Resenha

Luiza das Neves Gomes

Comércio e canhoneiras – Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)

Luiza das Neves Gomes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro PPGH/UERJ.

Resenha de TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras – Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Publicado em 2009, *Comércio e Canhoneiras – Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*, do brasileiro Steven Topik, procura examinar as alianças militares entre Brasil e os Estados Unidos e principalmente a política comercial desses dois países durante os primeiros anos da República. Topik destaca que a intervenção militar dos EUA na Revolta da Armada é o momento em que se fundem as questões de expansão comercial e da então recente estruturação na nova Marinha americana.

Amparado numa vasta pesquisa nos arquivos históricos dos vários países envolvidos na guerra civil brasileira, sua obra tem como ponto central analisar as trajetórias político-econômicas brasileiras e americanas e como estes países se inter-relacionaram na conjuntura de consolidação da República e da montagem do poder imperial norte-americano.

O fato de privilegiar os anos iniciais da República e destacar em alguns momentos o episódio da Revolta da Armada torna esta pesquisa bastante relevante para a historiografia brasileira, uma vez que há pouquíssimos trabalhos sobre este tema. Circulando, sobretudo, nos campos da história econômica e política, a obra instiga os historiadores a ampliar seus horizontes de investigação a partir de novas temáticas.

Em um primeiro momento, o autor mostra como a influência norte-americana já se fazia sentir no Brasil desde a época do nascimento da República. O autor irá destacar que o expansionismo americano já tinha começado em 1889, quando se realizou nos EUA a primeira conferência panamericana, matriz da futura OEA. O debate político nos EUA centrou-se nas relações comerciais externas e em torno de dois eixos: política tarifária e acordos de reciprocidade.

Os anos que se seguiram após a conferência panamericana de 1889 foram marcados pelo estreitamento dos laços entre Brasil e Estados Unidos e pela tentativa americana de afastar a influência europeia na América.

Na vertente comercial, a primeira tentativa dos EUA de se projetar no cenário internacional se fez através de um acordo ainda pouco estudado na historiografia brasileira: o Tratado Blaine-Mendonça. Este acordo firmado em 30/1/1891 tinha o objetivo de garantir o acesso do café e do açúcar em condições favorecidas no mercado americano, com a contrapartida da redução das tarifas brasileiras aplicadas a manufaturas e farinhas dos EUA.

Topik destaca que o acordo comercial Blaine-Mendonça foi realizado com intuito de conquistar uma esfera de influência para fazer frente à expansão dos impérios coloniais europeus. Para tanto, este acordo seria a tentativa dos EUA em estabelecer um imperialismo de livre-comércio, ou seja, uma expansão aos mercados, mas sem controle político e para dar força a esta afirmativa o autor parte dos estudos de Ronald Robinson e John Gallegher. Estes defendem que se podem ter vantagens econômicas sem ter colônias formais.

O autor apresenta dados estatísticos bem interessantes sobre o comércio entre os Estados Unidos e o Brasil e afirma que os brasileiros “tiveram mais sorte ao entrarem no mercado norte-americano, fazendo com que o déficit comercial dos Estados Unidos com o Brasil crescesse”¹. No apêndice do livro, há tabelas bem interessantes contendo as importações e exportações do Brasil com os Estados Unidos nos anos de 1889 até 1897.

Topik destaca que a disputa do mercado brasileiro entre os EUA e a Europa culminou com o apoio americano à Revolta da Armada. A política externa do Brasil da primeira década republicana foi marcada pela reorientação diplomática da Europa para o contexto americano e disseminou os problemas oriundos do processo de legitimação do novo regime e de um novo grupo no poder.

Em termos diplomáticos o acordo Blaine-Mendonça prometera o reconhecimento da República brasileira, o apoio naval e uma atuação favorável na disputa pelas missões. Segundo o autor, o acordo Blaine-Mendonça selou a amizade entre os militares brasileiros e americanos, uma vez que o Exército dos Estados Unidos entrou em cena durante os anos de 1892 até 1894, durante a Revolta da Armada.

Em 6 de setembro de 1893, parte da Marinha brasileira rebelou-se e bloqueou a entrada e a saída de embarcações da Baía de Guanabara. O Rio de Janeiro concentrava grande parte dos interesses estrangeiros e navios de várias bandeiras estavam atracados na baía. Comandados pelo Almirante Custódio de Mello, os revoltosos pediam que

Florianópolis renunciasse e convocasse novas eleições. Conforme afirma Topik, embora a revolta estivesse radicada em disputas domésticas, questões internacionais atuaram no sentido de acirrá-la e lhe traçar os contornos. A partir disso, o autor vasculha detalhadamente diversos aspectos do envolvimento dos Estados Unidos na Revolta da Armada não deixando de analisar os diversos países envolvidos nesta guerra civil.

O diplomata Salvador de Mendonça logo recebeu as notícias nos Estados Unidos, colocando-se de prontidão para buscar ajuda estrangeira, caso fosse necessário. Não demorou muito para diplomacia brasileira obter reconhecimento e respaldo dos países americanos, especificamente dos Estados Unidos.

No primeiro momento não se esperava que os estrangeiros desempenhassem absolutamente papel nenhum. O plano inicial de Custódio de Mello era assustar Floriano a fim de forçá-lo a uma rápida capitulação. Todavia, quando percebeu que o Marechal não renunciaria, Mello decidiu pedir estado de beligerância aos comandantes navais estrangeiros na baía. De acordo com Topik, os beligerantes, reconhecidamente agressivos, poderiam bloquear o porto do Rio de Janeiro, travando, dessa forma, receitas alfandegárias do governo, importações necessárias e equipamento militar.

Neste momento, a comunidade diplomática estrangeira reuniu-se e concordou em manter completa neutralidade. Mas havia discordância quanto à definição de “neutralidade”. O próprio Cleveland insistiu na neutralidade da posição dos Estados Unidos até o final. Na prática, as potências europeias foram neutras apenas por se eximirem de tomar partido de um dos combatentes. Elas sem dúvida tinham seus posicionamentos. Defendiam, clara e enfaticamente, a propriedade estrangeira. Uma armada internacional com 18 navios de guerra, representando oito nações, na baía da capital política e comercial do Brasil, podia deixar de afetar o rumo dos acontecimentos.

O resultado foi a intervenção das forças navais europeias e norte-americanas com o intuito de evitar o bombardeio da cidade e garantir o livre-comércio e a segurança de seus cidadãos.

Para o autor, a tensão entre os objetivos desenvolvimentistas e a boa relação com os EUA cristalizou-se durante a Revolta da Armada na presidência de Floriano Peixoto. Este foi amparado, durante os cinco meses de tensões da Baía de Guanabara, pela Marinha americana e por comerciantes ianques, especialmente Charles Flint. A atuação da Esquadra americana foi fundamental no apoio ao Governo Floriano Peixoto contra os rebeldes da Armada. Mendonça e Flint organizavam nos EUA uma nova Esquadra para enfrentar a Marinha rebelada. Um tanto folclórica e ridicularizada, a Esquadra despertou grande medo graças às notícias sobre um novo canhão que disparava dinamites.

Durante a Revolta da Armada (1893-1894), a Marinha do Estados Unidos manteve nas águas do Rio de Janeiro um terço de sua frota, ou cinco sextos de sua força do Atlântico Sul. Segundo Topik, os americanos eram neutros, mas a favor do Marechal Floriano Peixoto, o primeiro “ditador” da República.

Topik vai mostrar que as ações de Salvador de Mendonça voltavam-se concretamente para a defesa do Brasil republicano contra os interesses monarquistas, identificados como europeus. A proximidade e simpatia recente aos Estados Unidos fariam deste país a grande referência não só para a diplomacia brasileira ali alocada, mas para o governo brasileiro, cioso das ações europeias. Em diversas ocasiões, o diplomata brasileiro associava a presença norte-americana nos assuntos internos brasileiros como um sinal de garantia das instituições republicanas e afastamento de movimentos monarquistas,

daí a iniciativa americana em “eliminar o perigo” numa eventual intervenção. Algumas das críticas ao diplomata brasileiro pela historiografia sobre o período incidem sobre sua forte concentração de interesses nos Estados Unidos, parecendo esquecer o quanto importantes eram as relações comerciais e financeiras com os países europeus como a Inglaterra e a Alemanha.

Não tardou muito para que o Governo brasileiro se afastasse cada vez mais dos países europeus, vistos pelo marechal como nações que apoiavam a restauração monárquica e a Revolta da Armada. Assim o autor vai mostrar a aproximação dos jacobinos² com as ideias americanas e destaca que estes viam com bons olhos a doutrina Monroe e o panamericanismo.

Apesar de tudo que foi dito, o livro de Topik diverge de muitos trabalhos de relações internacionais que tendem a ver os interesses dos Estados Unidos como predominante, sendo os outros países vistos como fantoches. O autor situa esses estudos como anacrônicos e quer destacar e situar as ações e motivações brasileiras para aceitação do acordo comercial Blaine-Mendonça. Para afirmar sua tese, ele destaca que os Estados Unidos eram vistos no Brasil simultaneamente como modelo a ser copiado e como contrapeso ao domínio econômico e diplomático da Grã-Bretanha. Além disso, o Brasil via com bons olhos não só o regime federalista americano como também o seu modelo econômico. Assim, o autor, ao descrever sobre as disposições do Brasil em assinar o acordo Blaine-Mendonça, aponta também as semelhanças dos dois países: “Afinal de contas, eles eram, tal qual o Brasil, uma ex-colônia de dimensões continentais, voltada para a economia de exportação, que havia explorado um grande setor escravista.”³

¹ TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras – Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 323.

² Os jacobinos, grupo de grande importância para o fortalecimento de Floriano, cresceram alimentados pela crise econômica que se avolumou ao longo do Governo do marechal. Vagamente antioligárquicos e defensores da indústria nacional, os jacobinos distinguiram-se antes de mais nada pelo seu ódio aos portugueses, a quem atribuíam a culpa pelos preços cada vez mais altos dos gêneros alimentícios. SCHULZ, John. SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1997, p. 55.

³ TOPIK, op.cit., p. 23.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

SCHULZ, John. SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: EDUSP, 1997.

TOPIK, Steven C. *Comércio e canhoneiras – Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.